



**KAROL OLIVEIRA DE AMORIM**

**POPULAÇÃO CARCERÁRIA: UMA ANÁLISE DA  
ESCOLARIDADE DOS PRESOS**

**Belo Horizonte**

**2008**



**KAROL OLIVEIRA DE AMORIM**

**POPULAÇÃO CARCERÁRIA: UMA ANÁLISE DA  
ESCOLARIDADE DOS PRESOS**

Monografia de especialização à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do Título de Especialista em Criminalidade e Segurança Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Gonzaga Alves

**Belo Horizonte**

**2008**

301	Amorim, Karol Oliveira de.
A524p	População carcerária [recurso eletrônico] : uma análise da escolaridade dos presos / Karol Oliveira de Amorim. -
2008	2008.
	1 recurso online (32 f. ) : pdf
	Orientadora: Maria Teresa Gonzaga Alves.
	<p>Monografia apresentada ao curso de Especialização em Criminalidade e Segurança Pública - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Prisioneiros e prisões. 2. Educação. 3. Socialização. 4. Controle social. I. Alves, Maria Teresa Gonzaga. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

## FOLHA DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA DE KAROL OLIVEIRA DE AMORIM

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e oito, realizou-se a defesa de monografia do Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, sob orientação de Maria Tereza Gonzaga Alves, para examinar a monografia intitulada "População Carcerária: uma análise da Escolaridade dos Presos", de KAROL OLIVEIRA DE AMORIM. Procedeu-se a arguição, finda a qual a monografia foi aprovada. Para constar, foi lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Coordenadora.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2022

Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro  
Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos de  
Criminalidade e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Mendonca Lopes Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 22/08/2022, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1695497** e o código CRC **1D3D197D**.

**Referência:** Processo nº 23072.203289/2022-92 SEI nº 1695497

*Aos detentos que integraram ou integram a Penitenciária José Maria Alkmim,- PJMA – Ribeirão das Neves/MG, por serem os atores principais deste trabalho.*

*Ao meu esposo Renato e filha Karen Giullia.*

*À minha orientadora Professora Maria Teresa Gonzaga Alves.*

*A todos os que, como Paulo Freire, acreditam no poder transformador da Educação.*

## SINCEROS AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder a conclusão de mais uma importante etapa da minha vida.

A meu esposo, amigo e companheiro Renato por além de entender minhas ausências, ainda dispensou tempo para poder me ajudar e contribuir com a elaboração deste trabalho.

À minha filha Karen Giullia por suas infinitas frases: “Mamãe, eu te amo!” enquanto eu me encontrava sentada frente ao computador confeccionando esta monografia e, que ao seu modo, me incentivou nestes árduos momentos.

À minha família – vó Helena, mãe, pai e irmãos, especialmente minha irmã Sheena – por tamanha admiração que nutrem por mim quanto aos meus estudos. Isto me impulsiona a sempre buscar mais.

À minha orientadora Professora Maria Teresa Gonzaga Alves, por exercer tão bem o papel de docente e por me proporcionar tão valioso aprendizado com sua orientação.

A todos que indistintamente contribuíram para a realização deste trabalho monográfico.

*“Finalmente, a maneira mais segura, porém ao mesmo tempo mais difícil de tornar os homens menos propensos à prática do mal, é aperfeiçoar a educação”.*

(BECCARIA, 1998).

## RESUMO

O presente trabalho sugere como ideia inicial uma análise sobre o quesito da educação como fator de socialização e controle social baseado na escolaridade de indivíduos privados de liberdade, sendo a falta da educação formal muitas vezes identificada como um dos fatores associados ao aumento dos índices de criminalidade. Sabe-se que a educação, em qualquer contexto, exerce a função de socialização do indivíduo, bem como de controle social, difusão de noções de valores morais, regras e limites. O sujeito que comete crimes quebrou, de certa forma, um contrato socialmente estabelecido no meio social em que vive, sendo este reafirmado pelo processo educacional nele existente. Diante do exposto, esta monografia traz à discussão se este sujeito era ciente deste contrato e simplesmente optou por quebrá-lo, ou a educação à qual teve acesso não foi suficiente para que internalizasse o conceito de conviver em sociedade, ou seja, não foi capaz de socializá-lo. Ou ainda, por ser o meio educacional, atualmente vigente no Brasil, excludente, talvez esta educação fez com que o indivíduo se socializasse no meio social, justamente, da criminalidade. É nessa discussão que o trabalho propõe uma comparação do perfil da população carcerária da Penitenciária José Maria Alkmim (Ribeirão das Neves/MG) com o perfil da população adulta da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), levando-se em consideração, principalmente, a escolaridade, e outras variáveis como: a situação socioeconômica, idade, estado civil, religião e tipo de crime cometido, no caso dos presos. Dessa forma, pretende-se analisar dois pontos: 1) a escolaridade pode influenciar no cometimento de crimes? O que o trabalho sugere é que a relação direta entre baixa escolaridade e cometimento de crime não se sustenta: nem todos sem escolaridade cometem crimes, mas a maioria dos presos estudados possuem baixa escolaridade, podendo-se deduzir que a falta de escolaridade, aliada a outros fatores sociais, ambientais, físicos, psicológicos podem influenciar no cometimento de crimes; 2) a sociedade não presa, a partir de seu perfil, principalmente o educacional, comparando-se com a população carcerária, é uma forte candidata a integrar o sistema prisional? A pesquisa não fornece dados suficientes para tal resposta. O que se mostrou foi que a população da RMBH se encontra mais escolarizada que a população reclusa. Para o desenvolvimento desta monografia foram utilizados recursos bibliográficos para consultas a teóricos, entrevistas com presos da Penitenciária José Maria Alkmim, análises de arquivos dos exames classificatórios de cada preso, consulta ao Arquivo Vivo da Unidade Prisional e consulta aos dados do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à RMBH.

Palavras-chave: perfil população carcerária, educação, socialização, controle social.

## ABSTRACT

The present work suggests as an initial idea an analysis on the issue of education as a factor of socialization and social control based on the education of individuals deprived of liberty, with the lack of formal education often identified as one of the factors associated with the increase in crime rates. It is known that education, in any context, plays the role of socialization of the individual, as well as social control, diffusion of notions of moral values, rules and limits. The subject who commits crimes has broken, in a way, a socially established contract in the social environment in which he lives, which is reaffirmed by the existing educational process. Given the above, this monograph brings to the discussion whether this subject was aware of this contract and simply chose to break it, or the education to which he had access was not enough for him to internalize the concept of living in society, that is, he was not able to socialize it. Or, because the educational environment, currently in force in Brazil, is exclusionary, perhaps this education made the individual socialize in the social environment, precisely, of criminality. It is in this discussion that the work proposes a comparison of the profile of the prison population of the José Maria Alkmim Penitentiary (Ribeirão das Neves/MG) with the profile of the adult population of the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH), taking into account, mainly, schooling, and other variables such as: socioeconomic situation, age, marital status, religion and type of crime committed, in the case of prisoners. Thus, we intend to analyze two points: 1) can schooling influence the commission of crimes? What the work suggests is that the direct relationship between low schooling and committing a crime does not hold: not everyone without schooling commits crimes, but most of the prisoners studied have low schooling, and it can be deduced that the lack of schooling, combined with other social, environmental, physical, psychological factors can influence the commission of crimes; 2) Is the non-prisoner society, based on its profile, especially the educational one, compared to the prison population, a strong candidate to integrate the prison system? Research does not provide enough data for such an answer. What was shown was that the RMBH population is more educated than the prisoner population. For the development of this monograph, bibliographic resources were used for consultation with theorists, interviews with prisoners at the José Maria Alkmim Penitentiary, file analysis of the classification exams of each prisoner, consultation with the Living Archive of the Prison Unit and consultation with data from the 2000 Census of the Instituto Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) referring to the RMBH.

Keywords: prison population profile, education, socialization, social control.

## LISTA DE TABELAS

	PG.
Tabela 1: Enquadramento Penal detentos PJMA	22
Tabela 2: Idade Pop. Carcerária PJMA X População Masculina 18 anos ou mais RMBH	23
Tabela 3: Religião População Masculina 18 anos ou mais RMBH X Religião População Carcerária PJMA	23
Tabela 4: Estado civil População Masculina RMBH X Estado Civil População Carcerária PJMA	24
Tabela 5: Escolaridade população carcerária PJMA X População Masculina, 18 anos ou mais RMBH	24
Tabela 6: Condição profissional População Carcerária PJMA	29

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE SOCIALIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL ...</b>	<b>16</b>
<b>3. PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA X PERFIL DA SOCIEDADE DA RMBH.....</b>	<b>21</b>
<b>4. ANÁLISE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA COM O PERFIL DA SOCIEDADE DA RMBH .....</b>	<b>25</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>APÊNDICE: Roteiro básico da entrevista .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A reflexão acerca dos altos índices de criminalidade no Brasil tem despertado, nos dias atuais, uma preocupação constante em virtude das formas como ela se apresenta e seu grau de crueldade constatada nos noticiários diários. Entre as possíveis explicações para tal situação, um fator que se destaca, tanto nas pesquisas (PAIXÃO, 1983, 1984; BRANT, 1997; BEATO, 1997; PAIXÃO; BEATO, 1997), como no senso comum, é a educação. Em pleno século XXI, os índices educacionais da população brasileira estão longe do ideal. Quando se compara os dados educacionais nacionais com outros países com igual nível de desenvolvimento econômico ou mesmo com os vizinhos latino-americanos fica ainda mais evidente o enorme déficit do país. Embora tenha havido melhora nos últimos anos, a taxa de analfabetismo é ainda superior à 10%<sup>1</sup>, e a despeito da educação básica ser constitucionalmente pública e gratuita, ela é obrigatória apenas no ensino fundamental e o desempenho e a qualidade do ensino público são muito ruins. O sistema de ensino brasileiro apresenta altas taxas de reprovação, abandono e defasagem idade-série (KLEIN, 2003; RIOS-NETO, 2004), e as avaliações de desempenho escolar, realizadas pelos governos federal e estadual mostram que a qualidade da educação oferecida pelas escolas do país deixa muitos alunos com níveis muito baixos de aprendizado (SOARES, 2005).

Com tantos jovens adultos sem nenhuma escolaridade ou precocemente fora do sistema escolar, ou ainda com baixa qualidade de ensino quando permanecem na escola, as chances de grande parte da população jovem adulta no mercado de trabalho formal tornam-se limitada. A relação entre educação formal e as chances de emprego foi demonstrada empiricamente pelo economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, no estudo denominado “O Retorno da Educação no Mercado de Trabalho”.<sup>2</sup> As conclusões do estudo fortalecem a centralidade da educação para a inserção social.

Embora não se possa associar a opção de alguns indivíduos pela via do crime com falta de preparo e de oportunidade de trabalho, frases do tipo: “só através da Educação um jovem não entra para a vida do crime”; “só a Educação tem o poder de reverter o atual quadro crítico

---

<sup>1</sup> Segundo a edição de 2005 da Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10,9 das pessoas acima de 15 anos eram consideradas analfabetas.

<sup>2</sup> Disponível em

[http://www4.fgv.br/cps/simulador/quali2/Apresentação/FGV\\_Pesquisa\\_Returnos\\_da\\_Educação.pdf](http://www4.fgv.br/cps/simulador/quali2/Apresentação/FGV_Pesquisa_Returnos_da_Educação.pdf). Consultado em outubro de 2008.

de criminalidade no país”; etc. têm grande repercussão. Vinculam-se, assim, os mais diversos tipos de crimes ao descaso das autoridades no que diz respeito à educação no país e, conseqüentemente, o difícil acesso à educação de qualidade ou a baixa taxa de permanência no sistema escolar. Juntamente a isso, somam-se algumas conclusões acerca do aumento da criminalidade que direcionam seu foco para a situação sócio-cultural dos indivíduos, apontando a falta de cultura e acesso a ela, a pobreza, agravados pela baixa escolaridade, dominante para o envolvimento no mundo do crime.

Émile Durkheim, sociólogo francês considerado um dos pais da Sociologia moderna, atribui à educação um papel fundamental para a regulação da vida social. Em frase considerada clássica, ele afirma que:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas ainda não amadurecidas para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine (DURKHEIM, 1978, p.10).

Em outras palavras, a educação é a socialização da criança e do futuro adulto inserido na vida em sociedade. Neste contexto, tendo a educação como uma de suas funções a construção da identidade e o aprendizado de papéis sociais, teria alguma associação o nível de escolaridade e o cometimento de crimes, ou seja, o desacordo aos contratos sociais apreendidos através do processo educacional? Tendo em vista a educação como processo socializador, Durkheim faz com que as relações entre as gerações sejam o foco central de sua abordagem:

O sentido do processo educacional seria concretizado através da ação modeladora que a geração adulta desempenha sobre a geração imatura. Todavia, não há como negar a reciprocidade de influências nas relações entre as gerações. A geração imatura reage à pressão conformadora das gerações adultas fazendo com que o processo de socialização envolva, fundamentalmente, interação (PEREIRA; FORACCHI, 1987, p. 31).

Dessa forma, poderia se pensar que os criminosos são aqueles que reagem contra a sociedade e não se interacionam com ela, mas por qual motivo optam por agir assim? O estudo, ou, a falta dele é um forte influenciador dessas ações? Sabe-se que o indivíduo não nasce criminoso; ainda menos, não é determinado, desde o nascimento, a este ou aquele gênero de crime. “O que se pode herdar é certa falta de equilíbrio mental, que torna o indivíduo mais refratário a uma conduta coerente e disciplinada” (DURKHEIM, 1978: 51). Um temperamento dessa natureza não predestina, porém, o homem para ser mais criminoso do que para ser explorador, desejoso de aventuras, profeta, renovador político, inventor etc. Larga margem na

vida se reserva às indecisões, tentativas e acomodações pessoais e, em consequência, à ação de fatores que não podem fazer sentir sua influência senão depois de nascido o indivíduo. E a educação é um desses fatores, na qual se encontra o poder de transformação.

Nesta discussão apresenta-se como fator preocupante o tipo de crime, bem como o perfil dos seus autores em comparação com o perfil da sociedade em geral, tendo como base a idéia de Durkheim na qual, cada sociedade constrói certo tipo ideal do homem, ideal este que se define pelo eixo educativo. Para cada sociedade, a educação é, nas palavras do autor: o “meio pelo qual ela prepara, na formação das crianças as condições essenciais de sua própria existência” (DURKHEIM, 1978: 41). Assim, “cada povo tem a educação que lhe é própria e que pode servir para defini-la, da mesma forma que a organização política, religiosa ou moral” (DURKHEIM, 1978: 10).

É nesta perspectiva que se baseia esta monografia. Pretende-se comparar o perfil da escolaridade dos indivíduos que cometeram crimes com a escolaridade da população não reclusa. O estudo enfatiza ainda a importância de contextualizar as informações e situações retratadas, apoiando-se no pressuposto de que a realidade é complexa e os fenômenos são historicamente determinados, buscando-se considerar as possíveis variáveis associadas ao fenômeno estudado, sempre com a atenção voltada às dimensões que fossem emergindo ao longo do estudo.

## **2 A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE SOCIALIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

A educação deve ser analisada como processo social inclusivo, portanto, é legítimo conceber a sociedade como sendo toda ela, uma situação educativa, visto que a educação nunca foi, e muito menos agora será, um ato neutro. Os indivíduos aprendem enquanto vivem em sociedade e interagem socialmente. “O empreendimento educativo só é justificado se, no limite, possibilitar a transmissão e a perpetuação da experiência humana, considerada como cultura”, em determinado meio social (FORQUIN, 1993, p. 13).

A própria Constituição brasileira estabelece que a educação tem objetivos mais amplos do que a ação que se estabelece no espaço do estabelecimento escolar, como está expresso no seu Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1998).

No entanto, a escola e conseqüentemente o sistema escolar tem um papel diferenciado na educação. De forma mais específica estas estruturas devem possibilitar a seus alunos oportunidades para aquisição de competências cognitivas, consideradas necessárias pela sociedade, preparar os alunos para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

Para Durkheim cada indivíduo comporta um ser social:

composto por um sistema de idéias, sentimentos e hábitos, que exprimem em cada um, não a sua personalidade, mas o grupo ou grupos diferentes a que fazem parte; tais são as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de toda a espécie (DURKHEIM, 1978, p. 42).

E constituir esse ser social em cada um é o fim da educação. Sendo aí revelado a importância e a fecundidade do trabalho educativo, uma vez que os processos de aprendizagem não são únicos e que não dependem de um canal exclusivo de formação/informação, são permanentes e contínuos para os seres que são humanos. E este ser social, não nasce com o homem, não se apresenta na constituição humana primitiva, como também não resulta de nenhum desenvolvimento espontâneo. Espontaneamente, o homem não se submeteria à autoridade política; não respeitaria a disciplina moral etc. A criança não traz, ao entrar na vida, mais do que a sua natureza de indivíduo. À sociedade cabe, pelos meios mais rápidos, agregar

ao ser egoísta e a-social, que acaba de nascer, uma natureza de vida moral e social. Eis aí, segundo Durkheim (1987), a obra da educação.

Ao refletir sobre o processo educacional não são poucas as questões que se apresentam. É preciso determinar vários aspectos desse fenômeno particular ao humano, pois quando se fala em educar, refere-se a uma espécie animal, aquela a que foi dada a potencialidade de conhecer. Assim, pelo conhecimento, busca-se uma identidade que lhe é peculiar, que o difere. Ele é o único animal que não está pronto, e nunca estará, pois durante toda a sua vida estará condenado a aprender: não age por instinto, como os demais animais. O ser humano não possui estruturas predeterminadas, ou seja, seu instinto influencia muito pouco em seu comportamento. O ser humano não nasce pronto, aprimora seu jeito de ser no mundo e com o mundo: “O homem é homem e o mundo histórico cultural, na medida em que ambos são inacabados, se encontram numa relação permanente na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação” (FREIRE, 1980, p. 28). A partir desta relação/interação nasce o ser social, pois é na sociedade que o ser humano constrói sua identidade. É pela sociedade que ele incorpora os conhecimentos já estabelecidos e cria novas formas de agir. Compreendendo-se assim que todos os seres humanos se desenvolvem e agem num ambiente que é, em sua maior parte, culturalmente determinado.

O processo de aprendizagem dos significados, das regras e das normas em uma determinada sociedade é denominado educação. A educação não está restrita à instituição escolar, mas sim presente em várias esferas da vida social, podendo não ser somente um instrumento de reprodução, mas, em muitos momentos, assumindo o papel de agente de transformação:

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como instrumento de conquista de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas relações sociais entre os homens. Percebe-se uma constante: a educação passa a ser encarada como o santo remédio, capaz tanto de tornar súditos cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos (ARROYO, 1987, p. 36).

A educação é uma das técnicas sociais utilizadas para influenciar o comportamento humano de maneira que este se enquadre nos padrões vigentes da interação e organizações sociais. Assim, “as pessoas têm de ser condicionadas e educadas para ajustarem aos padrões dominantes da vida social. A educação é uma das técnicas sociais destinadas à criação do tipo desejado de cidadão” (MANNHEIM apud PEREIRA; FORACCHI, 1987, p. 89). Dessa forma, se pode compreender a educação como uma das técnicas sociais que influenciam o comportamento humano e como um meio de controle social. Nesta perspectiva, a tarefa da

educação é moldar o indivíduo, transformar seu instinto biológico individual, em um ser social, coletivo; capaz de assimilar normas, regras, direitos, deveres e noções morais, de valores, éticas e coletivas de convivência em sociedade. O inconformismo diante das exigências de uma estrutura social é assim considerado como enraizado na natureza humana. São os impulsos de origem biológica que ocasionalmente irrompem através do controle social. E é através da educação que o indivíduo poderá aprender como controlar esses instintos individuais em detrimento de um acordo social, ou seja, a favor do coletivo. A educação tem a função de controle social ao disseminar entre os indivíduos de uma determinada sociedade o conjunto de valores, impulsionando-o à aceitação das normas e leis, evitando assim o caminho divergente.

Tomando-se por base a questão da função socializadora e de controle social da educação, poder-se-ia dizer que os menos escolarizados que cometeram crimes não chegaram a constituir o ser social? Por isso a vida criminosa, na qual somente o ser individual é manifestado? Segundo Gottfredson e Hirschi (1990), que elaboraram a teoria do autocontrole, o que diferenciaria os indivíduos que têm comportamentos desviantes de outros é o fato de os primeiros não terem desenvolvido mecanismos psicológicos de autocontrole na fase entre os 2 ou 3 anos até a fase pré-adolescente. Tal "anormalidade" decorreria de deformações no processo de socialização da criança, desencadeadas pela ineficácia na conduta educacional ministrada pelos pais e pela escola, que falharam em não impor limites à criança, seja em consequência da falta de uma supervisão mais próxima, seja por negligenciarem eventual mau comportamento da criança, não impondo punições relativas à mesma, endossando assim seu comportamento egoísta. Como resultante da má-formação desse mecanismo de autocontrole, o indivíduo, a partir da adolescência, passa a exibir uma persistente tendência a agir baseado exclusivamente em seus próprios interesses, com vistas à obtenção de prazer imediato, sem considerar eventuais consequências de longo prazo e os impactos de suas ações sobre terceiros. A conexão entre o controle social e o autocontrole não poderia ser mais direta que no caso da supervisão educacional (família e escola) da criança. Essa supervisão presumivelmente previne atos criminosos ou análogos, treinando ao mesmo tempo a criança a evitá-los por si mesma.

Na mesma direção, Wilson e Herrnstein (1995), apresentam em sua teoria das escolhas individuais, a existência de um ator racional que parte de uma avaliação do ambiente, ainda que não plenamente consciente, e escolhe entre alternativas de ação. Os dados mostram que esse ator racional leva em conta outras dimensões da realidade quando escolhe a via criminosa. Os benefícios líquidos do crime envolvem não só o ganho material, mas benefícios intangíveis como realização emocional ou sexual, aprovação de colegas ou satisfação de algum senso de

justiça. Os custos estão relacionados com a possibilidade de sanção informal ou punição aplicada pelo sistema de justiça. O cálculo de custos e benefícios inclui não só o valor (não apenas o material) das ocupações legítimas, mas também das ilegítimas. Isto é, não se leva em conta apenas se há ou não possibilidades de ascensão social através dos empregos legítimos disponíveis, mas também os riscos de punição relativos à via ilegítima. Agindo dessa forma impulsionado unicamente, pelo eu egoísta e individualista, no caso de um indivíduo menos escolarizado, faltou-lhe a socialização através da educação que o conscientizaria da não existência do eu, mas o coletivo.

Outra teoria que bem exemplifica uma socialização ineficaz e a falta de controle social seria a da subculturas, ou seja, diante de uma exclusão social, indivíduos criam suas próprias culturas, grupos, idéias e leis. Miller (1970), por exemplo, apresenta os grupos de convívio que se constituem nas ruas como particularmente importantes, do ponto de vista dos adolescentes de classe baixa. Em ambientes onde as famílias muitas vezes não podem cumprir as funções de socialização que se atribuem a elas, o grupo de colegas da rua assume essas funções tornando-se assim fundamentais para os adolescentes. Cumprem funções relativas à construção de identidade e ao aprendizado de papéis sociais. Isso explicaria a forte pressão e a ampla adesão ao comportamento desviante no caso dos jovens de classe baixa.

Para Merton (1958) existe uma cultura abrangente que impõe uma série de metas, sendo particularmente importantes as metas que se referem ao sucesso financeiro. Isto é universalmente válida para os mais diversos grupos sociais. No entanto, a sociedade controla institucionalmente as formas de acesso às metas estabelecidas e nem todos os meios são legítimos. O crime e a fraude não o são. No caso dos grupos que não têm acesso aos meios legítimos de acesso às metas (especialmente as classes mais baixas), cria-se uma situação de tensão que fará com que os membros do grupo, expostos às metas-sucesso universais, usem os meios ilegítimos para atingi-las. Há, portanto, uma pressão sociocultural no sentido do crime e do desvio resultante da anomia, isto é, desse desequilíbrio entre metas culturais universais e meios institucionalmente legítimos escassos, quando muitos se justificam pelo cometimento do crime, a falta de oportunidades de acesso a bens e serviços e a falta de uma lei efetiva, criando suas próprias leis.

Neste contexto, retornando à ideia de controle social exercido pela educação, no qual o sistema de representação que mantém no indivíduo a ideia e o sentimento da lei, da disciplina interna ou externa, é instituído pela sociedade através do processo educacional. Estes

indivíduos, na maioria sem estudo ou com baixo grau de escolaridade, se revoltam com as dificuldades de conseguir o necessário para a sobrevivência e manifestam essa revolta, como forma de punir a sociedade, com o cometimento de crimes.

Cabe ainda destacar que, conforme Gramsci (1971), a educação tem um papel fundamental no contexto social e que o sistema escolar é um aparelho central para e da hegemonização de determinadas ideias e projetos, agindo não apenas na estrutura econômica e na organização política da sociedade, mas também sobre seu modo de pensar, de conhecer e sobre as orientações ideológicas e culturais. Porém, é importante também salientar que esse sistema é apenas um dos aparelhos ideológicos responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, e que age com um conjunto de instituições, como as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação e as instituições de caráter científico e artístico.

A escola, atualmente, mesmo atuando ainda como uma das instâncias responsáveis pela hegemonia de determinadas posições e pela formação das elites, atua também como espaço de formação para a cidadania, exercendo assim, de forma mais ampla, o seu papel socializador e inclusive o que poderia evitar comportamentos desviantes.

Em suma, as concepções da educação como processo socializador e como processo de controle social se mostram complementares: na primeira, a ênfase da análise incide sobre as alterações sofridas pelas personalidades no decorrer do processo; na segunda, sobre as consequências da estrutura social desencadeadas no sistema social no qual o processo educacional se efetiva. Assim, frente às teorias expostas, pôde-se fazer uma análise de como esses dois fatores da educação incidem ou não nos comportamentos desviantes.

### **3 PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA X PERFIL DA SOCIEDADE DA RMBH**

Este capítulo tem por objetivo apresentar o perfil da população carcerária da Penitenciária José Maria Alkmim (PJMA) traçado com base nos dados coletados através de entrevistas, análise dos Exames Classificatórios (nome dado à entrevista composta por 75 perguntas feita pelo psicólogo ou assistente social a qual classifica o preso para o mesmo ser submetido à Comissão Técnica de Classificação) e do Arquivo Vivo (arquivo pessoal da Unidade, disposto no computador o qual consta dados dos presos integrantes da penitenciária: Infopen, nome, nome da mãe, nome do pai, localização de cela e pavilhão, crime cometido, tipo de regime etc.) da Unidade Prisional; juntamente com a apresentação do perfil da população adulta da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) baseado na consulta aos dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>.

Para efeito das entrevistas, definiu-se uma amostragem de 100 presos, escolhidos entre os que faziam parte da listagem de presos que passaram pela CTC (Comissão Técnica de Classificação) para elaboração do PIR (Programa Individualizado de Ressocialização) do mês de Abril de 2008. Para a análise dos Exames Classificatórios e do Arquivo Vivo foram coletados os dados dos 800 presos constantes da Unidade Prisional também do mês de Abril. A PJMA compreende presos dos Regimes Semiaberto e Aberto.

As entrevistas ocorreram em diversos momentos, com um roteiro de questões que coletavam informações anteriormente obtidas através dos Exames Classificatórios e do Arquivo Vivo, enriquecendo-as e aprofundando-as à medida que a leitura da literatura apontava novas indagações e reflexões. O roteiro da entrevista está no Apêndice.

Para o perfil da população da RMBH, foi considerado somente o sexo masculino e com idade de 18 anos ou mais, ou seja, a população adulta, uma vez que os reclusos desta penitenciária têm esse perfil. A coleta dos dados foi feita através do site do IBGE de forma interativa, o que proporcionou a possibilidade de montagem de tabelas somente com as informações necessárias para o referido estudo.

---

<sup>3</sup> Censo 2000 IBGE. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000pra.asp> > Acesso em: 17 set. 2008 e 30 set. 2008.

De acordo com os levantamentos realizados sobre o tipo de crimes cometidos pelos presos da PJMA, constatou-se que 34,2% cometeram roubo; 8,3% cometeram furto; 12,4% homicídio; 23,4% tráfico de entorpecentes; 4,4% uso de entorpecentes; 3,2% estupro ou atentado violento ao pudor; 0,9% lesão corporal; 1,1% estelionato; 3,9% porte ilegal de armas; 2,2% latrocínio e 6,0% cometeram outros crimes diversos. Vale ressaltar neste caso que existem mais condenações do que indivíduos presos, isto é, um determinado detento pode ter mais de uma condenação.

Tabela 1: Enquadramento Penal detentos PJMA

<b>Enquadramento penal dos detentos da PJMA</b>	<b>QTD</b>	<b>%</b>
Roubo	393	34,1
Furto	95	8,3
Homicídio	143	12,4
Tráfico de Entorpecentes	269	23,4
Uso de entorpecentes	51	4,4
Estupro/Atentado violento ao pudor	37	3,2
Lesão Corporal	10	0,9
Estelionato	13	1,1
Porte Ilegal de armas	45	3,9
Latrocínio	25	2,2
Outros crimes	69	6,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados no Arquivo Vivo PJMA (Abril/2008)

Na análise do perfil sócio-demográfico da população carcerária, observa-se que a maioria é jovem. Os detentos entre 18 a 29 anos representam mais da metade da população carcerária desta Unidade Prisional com uma porcentagem de 59,1%; 19,4% são os que possuem entre 30 a 39 anos; 11,3% estão entre 40 a 49 anos; 6,75 se encontram entre 50 a 59 anos e apenas 3,5% possuem 60 anos ou mais. Estes resultados se contrastam bastante com a população da RMBH, onde a maioria se encontra na faixa etária entre 30 a 60 anos ou mais com um percentual correspondente a 63,8%; os jovens de 18 a 29 anos - maioria na população carcerária - representam um percentual de 36,2%.

Tabela 2: Idade Pop. Carcerária PJMA X População Masculina 18 anos ou mais RMBH

IDADE	POPULAÇÃO CARCERÁRIA PJMA		POPULAÇÃO MASCULINA DE 18 ANOS OU MAIS, DA RMBH	
	QTD	%	QTD	%
18 a 19	39	4,9	102.883	6,7
20 a 24	181	22,6	244.304	16,0
25 a 29	253	31,6	207.372	13,5
30 a 39	155	19,9	373.026	24,4
40 a 49	90	11,3	282.816	18,5
50 a 59	54	6,8	166.591	10,9
60 anos ou mais	28	3,5	154.277	10,1
<b>TOTAL</b>	<b>800</b>	<b>100</b>	<b>1.531.269</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados no Arquivo Vivo PJMA (Abril/2008) e do Censo IBGE, 2000 (site)

Com relação à religião 41% dos presos da PJMA são católicos; 21,9% são evangélicos; 7,3% são espíritas; 5,1% são de outras religiões e 24,8% disseram não possuir religião. Na população da RMBH 70,9% declararam serem católicos; 16,3% são evangélicos; 1,5% são espíritas; 1,7% são de outras religiões e 9,6% declararam não possuírem religião.

Tabela 3: Religião População Masculina 18 anos ou mais RMBH X Religião População Carcerária PJMA

POPULAÇÃO MASCULINA DE 18 ANOS OU MAIS DA RMBH RELIGIÃO			POPULAÇÃO CARCERÁRIA PJMA	
	QTD.:	%	QTD.:	%
Católica Apostólica Romana	1.156.306	70,9	328	41,0
Evangélicas	265.109	16,3	175	21,9
Espírita	24.620	1,5	58	7,3
Outras religiões	28.207	1,7	41	5,1
Sem religião	156.196	9,6	198	24,8
<b>Total</b>	<b>1.630.437</b>	<b>100</b>	<b>800</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados nos Exames Classificatórios dos presos PJMA (Abril/2008) e do Censo IBGE, 2000 (site)

No que diz respeito ao estado civil, para efeito de simplificação foram considerados e denominados casados todos os que disseram que vivem juntos com suas companheiras (casados judicialmente, amasiados, união estável etc), portanto, 41,6% da população carcerária se declaram casados; 1,6%, desquitados ou separados judicialmente; 0,9%, divorciados; 1,9%, viúvos e 54,0%, a maioria, disseram serem solteiros. Comparando-se com a população da RMBH os dados não foram tão diferentes: 39,5% são casados; 2,0% são desquitados ou separados judicialmente; 1,8% divorciados; 1,5% viúvos, e 55,2% solteiros.

Tabela 4: Estado civil População Masculina RMBH X Estado Civil População Carcerária PJMA

POPULAÇÃO MASCULINA DE 18 ANOS OU MAIS - ESTADO CIVIL			POPULAÇÃO CARCERÁRIA PJMA	
	QTD.:	%	QTD.:	%
CASADO/Amasiado/União estável	604698	39,5	333	41,6
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	30319	2,0	13	1,6
Divorciado	26797	1,8	7	0,9
Viúvo	23582	1,5	15	1,9
Solteiro	845873	55,2	432	54,0
<b>Total</b>	<b>1531269</b>	<b>100</b>	<b>800</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos dados nos Exames Classificatórios dos presos PJMA e do Censo IBGE, 2000 (site)

Quanto à escolaridade – o foco de estudo do presente trabalho – os dados coletados mostraram que 6,4% dos presos são analfabetos ou semi-analfabetos; 83,0% possuem Ensino Fundamental incompleto; 7,6% possuem Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto e 3,1% possuem Ensino Médio completo ou mais. Estes dados se contrastam bastante com os dados da população adulta masculina da RMBH, onde 5,1% são analfabetos ou semi-analfabetos; 47,4% possuem o Ensino Fundamental incompleto; 19,1% possuem Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto e 28,5% possuem Ensino Médio completo ou mais.

Tabela 5: Escolaridade população carcerária PJMA X População Masculina, 18 anos ou mais RMBH

ESCOLARIDADE	POPULAÇÃO CARCERÁRIA PJMA		POPULAÇÃO MASCULINA DE 18 ANOS OU MAIS, DA RMBH	
	QTD	%	QTD	%
Sem instrução e menos de 1 ano	51	6,9	77.228	5,1
1 a 3	217	27,1	179.449	11,8
4 a 7	446	55,8	541.482	35,6
8 a 10	61	7,6	290.081	19,1
11 ou mais	25	3,1	433.112	28,5
<b>Total</b>	<b>800</b>	<b>100,00</b>	<b>1.521.352</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos dados nos Exames Classificatórios dos presos PJMA e do Censo IBGE, 2000 (site)

#### **4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS ENTREVISTAS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA COM O PERFIL DA SOCIEDADE DA RMBH**

Diante do exposto nos capítulos anteriores deste trabalho, segundo os dados levantados e tomando por base a função socializadora da educação, torna-se necessário analisar e comparar o perfil dos indivíduos de comportamentos divergentes, com o perfil da população masculina adulta da RMBH. O que se propõe é saber se há alguma similaridade no perfil desta sociedade com o perfil dos indivíduos extraídos dela, uma vez que menos escolarizados poderiam se considerar menos socializados com os valores e normas vigentes e, conseqüentemente, mais propensos a descumprirem os acordos sociais.

Por meio das entrevistas realizadas com os presos e através da análise dos dados coletados e comparados entre a População Carcerária da PJMA e a População Adulta da RMBH, observou-se uma prevalência de jovens na Unidade Prisional, ou seja, os jovens entre 18 a 29 anos cometem mais crimes em relação às pessoas acima de 30 anos e, portanto, acabam por interromper sua juventude entrando muito cedo para a vida em cárcere. Juntando-se a este fato, constatou-se que estes jovens já possuíam uma delinquência precoce, ou seja, antes de concluírem a maioridade já cometiam crimes e já tinham passado por instituições socioeducativas, sendo que muitos deles interromperam os estudos justamente pela vida delitiva à qual já vivenciavam.

Os indivíduos presos acima de 30 anos geralmente não possuíam uma delinquência precoce e, em sua maioria, assumem a responsabilidade pelos crimes, demonstrando mais interesse pela mudança de comportamento delitivo, havendo uma certa aceitação para uma possível ressocialização.

É comum acreditar-se que a acentuada frequência de jovens entre delinquentes esteja associada a aspectos relacionados à desorganização familiar e à socialização defeituosa. Erik Erikson (1983), psicanalista infantil norte-americano, em seus estudos sobre a formação da identidade, afirma que os primeiros períodos do desenvolvimento infantil são marcados pelo tipo e pela qualidade das interações entre a criança e o meio, principalmente com os adultos que costumeiramente interagem com ela: a maior ou menor intensidade de sentimentos de segurança, confiança, autonomia, iniciativa etc., estará relacionado tanto às possibilidades da criança explorar e se aventurar no meio que o cerca, como também às oportunidades que esse mesmo meio lhe propicia.

Desta forma, os estímulos que são oferecidos pelo meio sempre vão influenciar os indivíduos na idade adulta na maneira mais adequada de interagir socialmente, levando em consideração o que absorveu durante todo seu desenvolvimento, que é também de aprendizado, adequando à realidade que se apresenta.

Analisando o caso dos valores religiosos, a população carcerária por mais que diga preferir alguma religião cristã (católica/evangélica), o número daqueles que se declaram sem religião é bem significativo, ainda mais se comparando com os dados da RMBH, sendo duas vezes mais o percentual desta população. Este, talvez, seja um dado até esperado tendo em vista que a religião também exerce um papel de controle social. Os indivíduos com comportamentos divergentes demonstram que preferem viver a seu modo próprio o estilo de vida, sem alguma outra atuação externa de controle sobre seus atos.

Nas entrevistas realizadas muitos relataram terem se “*convertidos*” à crença evangélica dentro das Unidades Prisionais, sob uma alegação quase unânime de que é através desta religião que serão livres (*livres do cárcere, do aprisionamento de suas almas, do crime etc.*) Muitos que assim disseram e que se reincidiram relatam terem “*desviados dos caminhos do Senhor*” enquanto soltos, mas, agora, novamente presos, “*se reconciliaram com Jesus*”, tendo, assim, novamente a esperança de mudança de vida. Durante um dos atendimentos com um determinado preso com o intuito de incentivá-lo a retomar os estudos e passar a frequentar a escola da Unidade ele disse que não poderia, pois “*a escola atrapalharia seu ministério*”, uma vez que era dirigente dos cultos no pavilhão onde se encontrava. Então foi mostrada a ele a importância dos estudos até mesmo para ser um pastor, pois tendo a Bíblia um texto muito complexo, de difícil interpretação, ele necessitaria exercitar e se aperfeiçoar na interpretação de textos, o que, frequentando a escola, o auxiliaria em seu “*trabalho evangelístico*”. O mesmo, neste momento, compreendeu que a educação possui infinitas formas de atuação as quais se encaixam particularmente em cada indivíduo. Dessa forma ele quis se matricular e assim passou a possuir outra forma, também, de apoio, sustentação, além da religião, como suporte para a vida em cárcere.

Um dos dados interessantes nesta análise é com relação ao Estado Civil, no qual não houve muita diferença na comparação dos perfis apresentados, tanto a população carcerária quanto a população da RMBH possuem, em sua maioria, homens solteiros. Já no caso de casados, a população carcerária apresentou um percentual um pouco maior em relação à população da RMBH, talvez este fato se deva ao grande número de presos que se consideram

amasiados, ou seja, possuem uma relação estável com suas companheiras, muitas vezes o namoro mal começou e eles já se encontram morando juntos, assim não se consideram como solteiros; segundo as respostas dadas nas entrevistas.

Nesta mesma discussão, outro dado que se mostrou bem interessante é a população da RMBH com maioria acima de 30 anos serem solteiros e, ainda, possuírem um bom nível de escolaridade. Já no caso dos presos, a maioria é solteiro e sem escolaridade.

No caso da escolaridade observa-se que o perfil educacional da população carcerária da PJMA se encontra bem abaixo do perfil da população adulta da RMBH. Mas segundo os dados coletados o nível de analfabetismo ou semianalfabetíssimo apresentam percentuais quase parecidos. Este dado é preocupante se tomado isoladamente, uma vez que, em pleno século XXI este número se apresente ainda tão significativo se comparado à população total do país. Isso mostra que, mesmo com os atuais investimentos na educação básica e mais acessibilidade ao Ensino Superior, a alfabetização ainda não está sendo encarada com responsabilidade por parte das políticas públicas. Citando em especial esta população carcerária analisada, vale ressaltar que há uma escola estadual dentro do estabelecimento prisional e são poucos os que se enquadram como analfabetos que a frequentam. A maioria alega *“já estar de idade avançada”* e não veem motivos para frequentar a escola, dizem *“ter passado a vida toda sem saber ler e escrever e mesmo assim sobreviveram”*. São pessoas desmotivadas e que quando saírem da prisão relatam que irão trabalhar na roça (quando são provenientes do meio rural), com criações, oficinas mecânicas, pedreiros, profissões que, segundo os mesmos, não se faz necessário o estudo. Neste contexto, o mais alarmante é que existem jovens na faixa etária até os 30 anos nesta condição e que também não vêem necessidade de se alfabetizarem. Em contrapartida, os analfabetos que estudam na Penitenciária são os que mais valorizam a escola e os que apresentam menor número de evasão.

De acordo com as entrevistas, as respostas dos presos, em relação à busca pela escola da Unidade e ao valor que dão a ela, diferem entre si. Em algumas repostas, o significado da escola se restringe à ocupação do tempo e da mente com *“com coisas boas”*; em outras, a escola é vista como possibilidade de melhoria de vida quando em liberdade; e há ainda aqueles que não acreditam no valor da instituição escolar e nem no poder de transformação da educação. A maioria acredita que a educação é importante para *“poderem conseguir um emprego melhor, pois o mercado de trabalho está mais exigente, é necessário sempre um maior grau de escolaridade”*. Essa visão não é muito diferente da análise feita por Mello(1987), para a autora,

os alunos presos, assim como as camadas populares, veem a educação como forma de melhorar de vida, pela possibilidade que nela distinguem de obterem melhor emprego e de participarem da cultura letrada.

Quando questionados pela baixa escolaridade a maioria das repostas é com relação ao trabalho, ou seja, abandonaram os estudos para poderem trabalhar e assim ajudar no sustento da família. A questão da entrada para o crime também apresenta como um dos maiores fatores da evasão escolar. Brant (1997) assinala que os presos se integram muito cedo ao mercado de trabalho e que a prisão, em muitos casos, interrompeu a escolarização dos que ainda estudavam.

É neste contexto que se pode observar que a população encarcerada é marcadamente deficiente no tocante à escolaridade. Na verdade, tiveram uma experiência escolar que, contudo, foi marcada pela interrupção nos estudos. É digno de nota o número daqueles que iniciaram as atividades escolares, mas que por causa do trabalho não puderam continuar seus estudos. Os detentos revelam interesse pela escola, porém, não têm dúvidas em afirmar que, entre a escola e o trabalho, o segundo é mais importante. A referência abaixo é esclarecedora:

“Só fiz a primeira série do primário, quando era criança. Parei de estudar para ajudar meus pais que trabalhavam na roça. Com vinte e dois anos voltei para a escola porque queria ler e escrever, mas logo parei porque precisei trabalhar à noite”. (preso por homicídio, 29 anos, semi-analfabeto).

Esse depoimento exemplifica uma situação conflituosa para este sujeito, na medida em que ele sabia da importância dos estudos e dos conhecimentos que são repassados pela escola. Todavia, não houve possibilidade de continuá-los porque o trabalho era urgente. De fato, a execução concomitante destas duas tarefas – educação escolar e trabalho – não foi realizada como desejava. Assim, os detentos que frequentam a escola no interior da prisão trazem a marca da descontinuidade por conta das dificuldades arroladas.

Durante as entrevistas, um dado mostrou-se muito interessante: a maioria dos presos possui hábitos e gosto pela leitura e que, em sua maior parte, foi desenvolvido após estarem presos. Isso mostra que os detentos lêem, quase sempre para passar o tempo, mas acabam por tomar gosto. Mesmo possuindo pouca escolaridade, conseguem discorrer sobre temas diversos, havendo melhorias no vocabulário e no intelecto.

Segundo as informações coletadas a maioria dos presos é oriunda da classe baixa, viviam em periferias das cidades, possuindo famílias totalmente desestruturadas sem nenhuma oportunidade aos bens de consumo vivendo realmente à margem da sociedade, com

dificuldades econômicas de sobrevivência. Analisando o enquadramento penal dos indivíduos estudados, pôde-se observar que a maioria cometeu roubo e furto, seguido pelo tráfico de drogas. Isto demonstra a falsa ilusão pelo acesso fácil, mesmo que ilícito, aos bens de consumo.

Por meio das entrevistas realizadas, pôde-se constatar que a maioria dos prisioneiros exercia algum tipo de atividade profissional antes de serem presos. Ao cruzarmos estes dados com as condições sociais dos detentos observamos que apenas 10,4 % da população carcerária da PJMA estavam empregados com carteira assinada quando cometeram seus crimes e 41,3% não tinham ocupação profissional. Estes números aumentam para 89,7% se somarmos aos que não tinham ocupação, os que possuíam alguma ocupação profissional temporária “bicos” – 58,8%.

Tabela 6: Condição profissional População Carcerária PJMA

<b>POPULAÇÃO CARCERÁRIA PJMA - CONDIÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>QTD.:</b>	<b>%</b>
Empregado (Carteira Assinada)	83	10,4
Ocupação temporária "Bico"	387	48,4
Sem Ocupação	330	41,3
<b>Total</b>	<b>800</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados nas entrevistas com os presos PJMA

Através desta análise o que se pôde observar é que esta população presa teve um baixíssimo nível de escolaridade. Considerando a função socializadora da escola, pode concluir que também esta população teve afetada a sua sociabilidade, ou seja, uma efetiva integração na sociedade.

## 5 CONCLUSÃO

Fazer com que exista uma sociedade com um pouco mais de qualidade de vida é papel importante da educação, que tem como desafio permanente promover discussão, rever e refazer o sentido histórico de inovação e humanização do processo educacional, assumindo a identidade de transformação cultural, envolvida na produção de sujeitos sociais que criam e recriam o espaço e a vida social.

Os problemas na área da criminalidade são complexos e não existem respostas imediatas ou soluções rápidas para eles, o que justifica a necessidade de estudos, reflexões e, especialmente, a formulação de projetos sociais e educacionais voltados para os excluídos, os marginais, os não socializados.

Quantas campanhas não defenderam a educação como sendo um meio de combater a criminalidade? Atualmente, sabe-se que a educação não é a redentora da humanidade, mas é um meio, um caminho indispensável. Ela não é uma condição de prevenção da criminalidade, mas é um instrumento para escolhas, para as pessoas poderem mudar suas atitudes. A grande maioria dos indivíduos presos não teve melhores oportunidades ao longo de suas vidas, principalmente a chance de estudar para garantir um futuro melhor.

Através do presente trabalho notou-se que por não ter um estudo ou ocupação, conseqüentemente, carecer de um senso moral que a vida pré-egressa não conseguiu lhe transmitir, a personalidade do preso passa a sofrer um desajuste ainda maior. Os detentos precisam ter a chance de demonstrarem valores que, muitas vezes, encontram-se obscurecidos pelo estigma do crime. Há detentos da Unidade Prisional estudada que demonstram dotes artísticos, muitos deles se revelando excelentes pintores de quadros e painéis de parede, além de habilidades com esculturas, montagens, modelagens, marcenaria. Também, decoram as celas de acordo com sua criatividade e sua personalidade. Estas artes devem ser incentivadas, pois é uma forma de utilização do tempo ocioso, distraindo o preso e aumentando sua autoestima. É a chance de mostrar a ele de que existe a esperança de um amanhã melhor além das grades que o separam do mundo exterior.

A maioria dos presos demonstrou o desejo de voltar para a família, acredita na possibilidade de recuperação e lamenta o tempo perdido. Muitos acreditam na educação como meio para a recuperação e ascensão social.

É um mito dizer que pessoas bem-educadas não cometerão crimes, claro que uma pessoa com mais escolaridade tem mais condições de se desenvolver e trilhar um caminho longe do crime. De qualquer forma, mesmo que se dê educação e valores sólidos ao jovem, em geral, ainda assim, ele tem chances de seguir o caminho da criminalidade. Fora do convívio familiar ou escolar, ele continua encontrando um mundo duro e sem oportunidades. Através das entrevistas constatou-se que muitos presos foram crianças praticamente criadas nas ruas, afastadas da família e da escola, ingressando no mercado de trabalho em condições desfavoráveis. Passando por um processo de formação de identidade sem o mínimo de apoio, eles acabaram por cair na delinquência. São pessoas capazes de ter compromisso, cooperação, energia produtiva, não no sentido da ordem, mas no da criminalidade, e isso porque foram marginalizadas de sua cidadania, afastadas progressivamente dela e de seu direito de pertencer a uma sociedade. Inseriram-se no contexto da criminalidade por falta de acesso a outros contextos. Mas isto não quer dizer que os internos da PJMA são simplesmente vítimas sociais, pois cada indivíduo é detentor de uma história particular. E neste trabalho pretendeu-se evidenciar, em linhas gerais, por meio do material empírico coletado e consulta à literatura sobre o tema, uma análise através do perfil desta população carcerária, se o fator escolaridade tem alguma influência na vida criminosa destes indivíduos, partindo de uma comparação com a população adulta da RMBH.

O estudo não sugere uma ligação imediata entre baixa escolaridade e opção por uma carreira criminal. A baixa escolaridade não é privilégio da população criminosa ou da população carcerária. Ela atinge também outros grupos que se encontram inseridos de modo precário nas diversas instituições mantenedoras de direitos civis e sociais. O que se evidenciou é que nem todos os que possuem baixa escolaridade cometem crimes, mas que a maioria dos detentos interrompeu os estudos mais cedo, haja vista o baixo percentual de presos com níveis mais elevados de escolaridade. Contudo, as evidências apontam para falhas na socialização dos presos, o que pode ser atribuído para as condições de vida mais geral e não apenas à experiência escolar.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Educação e exclusão da cidadania**. In: Buffa, Ester (Org.). Educação e cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez Editora, 1987, p. 36.
- BEATO FILHO, C.; ASSUNÇÃO, R. e SANTOS, M.C. "**Análise da evolução temporal da criminalidade violenta em Minas Gerais**" (1986-1997). São Paulo, 1997.
- BRANT, Vinícius Caldeira. **O trabalho encarcerado**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora**. In: Pereira, Luis & Forachi, Marialice M. Educação e Sociedade: Cia Nacional, 1987 – p. 34 – 48.
- ERIKSON, Erik. **Infancia y sociedad**, Buenos Aires: Horme-Paidós. 1983.
- FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.
- GOTTFREDSON, Michael R. & HIRSCHI, Travis. **A natureza da criminalidade: baixo auto-controle**. In: Readings in contemporary Criminological theory, org. Peter Cordella & Larry Siegel. Ed. Northeastern University Press. 1990.
- GRAMSCI, Antônio. **Seleções do Presídio Notebooks**. Londres: Lawrence e Wishart. 1971.
- KLEIN, R. Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores de fluxo escolar da educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.84, n.206/208, p.107-157, jan./dez. 2003.
- MANNHEIM, Karl. **A educação como técnica social**. In: Pereira, Luis & Forachi, Marialice M. Educação e Sociedade: Cia Nacional, 1987.
- MELLO, Guiomar Namó. **Educação escolar – paixão, pensamento e prática**. São Paulo: Cortez, 1987.
- MERTON, Robert K. **Teoria social e estrutura social**. In: Glencoe: Free Press, 1958.
- MILLER, Walter B. **Gangues, Juventude e Violência pelos Grupos de Juventude como um Crime Problema na Major American Cities**. Monograph. 1970.
- PAIXÃO, A. L. **Crime e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978**. In: PINHEIRO, P. S. (org.). Crime, violência e poder. São Paulo, Brasiliense, 1983 - p.13 - 44.

\_\_\_\_\_. **Uma saga carcerária.** In: Temas IMESC. Soc. Dir. Saúde. São Paulo, 1984, 2(2): 97-100.

PAIXÃO, A.L. e BEATO FILHO, C.C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social.** São Paulo, v.9, n.1, maio 1997.

RIOS-NETO, E. L. G. **O Método probabilidade de progressão por série.** In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. L. R. (orgs.) Introdução à demografia da educação. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 2004. p - 143-145.

SOARES, J. F. **O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos.** In: MELO E SOUZA, A. (org.) Avaliação Educacional. Petrópolis: Vozes, 2005.

WILSON, J. Q. & HERRNSTEIN, R. **O crime como escolha.** In: Readings in Contemporary Criminological Theory, org. Peter Cordella & Larry Siegel. Ed. Northeastern University Press. 1995.

## APÊNDICE

### ROTEIRO BÁSICO DA ENTREVISTA

Data:

Nome:

Infopen:

Idade:

Estado Civil:

Enquadramento Penal:

Religião:

Situação profissional anterior a prisão:

Escolaridade:

Possui histórico escolar:

Frequentou a escola entre 6 e 14 anos? Se não, porquê?

Repetiu alguma série? Qual(ais)? Quantas vezes?

Evadiu da escola? Em qual(ais) série(s)? Porquê?

Estuda nesta Unidade Prisional? Se sim, o que o levou a estudar na escola desta Penitenciária?

Se não, qual o motivo para não frequentar esta escola?

Foi incentivado a estudar? Quem o incentivou?

Possui hábitos de leitura? Que tipo de leitura? Adquiriu este hábito antes ou após a prisão?

Descrever o meio social em que vivia (residia em favelas, casa própria, acesso aos bens de consumo, acesso às necessidades básicas - alimentação, vestuário, saneamento básico etc.):

Descrever situação familiar em que se encontrava (viveu/vivia com os pais e irmãos, foi criado por parentes, pais separados, morou sozinho, relacionamento familiar etc.):